



Reunião Magna da Farmácia

Intervenção de João Cordeiro, Associação Nacional das Farmácias

1. O SECTOR DE FARMÁCIAS ERA UM SECTOR DE EXCELÊNCIA ATÉ HÁ 4 ANOS

- Qualidade de Serviço;
- Organização;
- Eficiência;
- O mais baixo custo da Europa;
- Formação;
- Serviços farmacêuticos (troca de seringas, vacinação);
- Informatização;
- Uma política de investimento;
- Confiança da banca;
- Geração de emprego qualificado.
- As nossas armas foram e são o trabalho, o rigor, a competência e o profissionalismo.
- Fomos um mau exemplo neste país.
- Os Governantes não gostam de estruturas fortes e organizadas, que dificultam as agendas pessoais.
- Gostam de estruturas dóceis e fáceis de instrumentalizar.
- Mas sentimo-nos compensados pela credibilidade que alcançámos e pela confiança que a população deposita em nós.

2. A DESTRUIÇÃO DO SECTOR

- O sector foi destruído em 4 anos.
- Medidas arbitrárias sem avaliação prévia ou posterior.



- Redução do mercado das farmácias em 730 milhões de euros: não prevista no Acordo da Troika.
- Redução da margem 4 vezes superior (200 milhões) à prevista no Acordo da Troika (50 milhões).
- A margem actual das farmácias não cobre os custos fixos.
- 1.250 farmácias com fornecimentos suspensos.
- Ruptura de stocks.
- Previsão de encerramento de 600 farmácias.
- Redução do emprego, redução das remunerações e salários em atraso.
- A Troika admitiu que as medidas impostas às farmácias foram excessivas.
- A responsabilidade pelo reequilíbrio do sector é do Governo.
- Tem em seu poder estudos independentes, de universidades portuguesas, que tem a obrigação de analisar e divulgar as suas conclusões.
- O Governo não cumpriu sequer a obrigação que a lei lhe impôs de avaliar as consequências das medidas de austeridade que aplicou às farmácias.
- O nosso sector é actualmente um barril de pólvora.
- Na Grécia, as filas para comprar medicamentos a pronto pagamento começam de madrugada.
- A dívida litigiosa das farmácias aos fornecedores está a crescer ao ritmo de 40 milhões de euros por mês.
- Não há milagres: ou são dadas às farmácias condições de sobrevivência ou acabará a acessibilidade da população aos medicamentos.

3. É URGENTE O REEQUILÍBRIO ECONÓMICO DO SECTOR

- O reequilíbrio do sector não pode ser feito à custa dos doentes.
- Há soluções alternativas, estudadas e quantificadas.
- Foi possível reduzir participações sem penalizar os doentes.



- Não há equidade nos sacrifícios que foram impostos às farmácias.
- Não há equidade nos sacrifícios que foram impostos à indústria de marca e indústria de genéricos.
- A redução da despesa com medicamentos não pode ser feita apenas à custa do sector privado e em particular das farmácias.
- Os hospitais geridos pelo SNS ainda não contribuiram com um cêntimo.
- É preciso aplicar as reformas que constam há dezenas de anos de todos os programas eleitorais e de Governo, tais como:
 - Formulário para o SNS;
 - Protocolos terapêuticos;
 - Receita electrónica;
 - Avaliação económica dos medicamentos inovadores;
 - Prescrição por DCI em todos os medicamentos do SNS;
 - Promoção eficaz do mercado de genéricos, criando incentivos com esse objectivo;
 - Concursos públicos para aquisição de medicamentos no Ambulatório;
 - Definição de um *fee* por embalagem para remuneração das farmácias.
- O Governo e o Parlamento têm de ter a coragem de aplicar as reformas estruturais.
- Até hoje, os Governos limitaram-se a usar o poder legislativo para reduzir preços, margens e comparticipações.
- Meteram a cabeça debaixo da areia e assim continuam, sem atacarem a raiz dos problemas.

4. PREÇOS DOS MEDICAMENTOS

- Os preços dos medicamentos não são credíveis nem transparentes.
- As empresas farmacêuticas vivem com um pé dentro e um pé fora do mercado único.
- Querem o mercado único para aprovação centralizada e rápida de medicamentos, na Agência Europeia do Medicamento.
- Mas fogem do mercado único quando se trata da livre circulação de medicamentos no espaço Europeu.
- O princípio fundador do mercado único é a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais.



- Mas continua a não ser livre a exportação de medicamentos.
- A indústria farmacêutica é contra as exportações dentro do mercado europeu, porque não quer a transparência, nem a credibilidade do preço dos medicamentos.
- Os preços dos medicamentos têm de estar ligados aos custos de produção.
- Como é que se explica que um medicamento produzido na mesma fábrica, com os mesmos custos de produção, tenha preços completamente diferentes em cada país da União Europeia, que em muitas situações são 200% superiores aos preços praticados noutro país?
- Que racionalidade pode haver nesta situação?
- Porque razão o estudo recentemente divulgado pela associação da indústria farmacêutica não dedica uma única linha a explicar estas diferenças?
- As coimas não resolvem o problema. O que resolve o problema é a seriedade e a transparência dos preços.
- Há uma ética e uma responsabilidade social que estão frequentemente ausentes da definição e da transparência dos preços dos medicamentos.
- Como é que se explica que a sinvastatina custasse 74 € e custe agora pouco mais de 2 €?
- Como é que se explica que o omeprazol custasse 77 € e custe agora pouco mais de 3 €?
- Como é que se explica que o medicamento para o tratamento da paramiloidose custe 130 mil euros por ano e por doente?
- Como é que se explica que um medicamento para o tratamento de uma anemia específica custe 250 mil euros por ano e por doente?
- Quanto custa cada grama de substância activa para a produção destes medicamentos?
- Estas é que são as questões que a associação da indústria farmacêutica devia mandar estudar, em vez de encomendar estudos para defender o indefensável.
- O actual regime de preços dos medicamentos, como sempre temos dito, é contra o interesse nacional.



- É urgente criar concorrência entre os medicamentos de marca, que só pode ser conseguida por concursos públicos, implementação de protocolos terapêuticos e prescrição por DCI.

5. O COMPORTAMENTO RESPONSÁVEL DAS FARMÁCIAS

- Temos sido responsáveis com o Governo.
- Alguns de nós exigem-nos medidas radicais.
- Compreendemos as suas exigências, mas não vamos por esse caminho.
- Não vamos pôr em causa o relacionamento com a população.
- Enquanto houver um medicamento em stock manteremos as farmácias abertas.
- Vamos ser exigentes com o poder político.
- Os problemas estão identificados e quantificados.
- O Governo não pode continuar a meter a cabeça na areia.
- Está na hora do Governo tomar decisões e assumir responsabilidades.

6. MEDIDA DE EMERGÊNCIA

- O sector está em ruptura.
- Enquanto o Governo não toma medidas de fundo, o relacionamento financeiro entre a indústria farmacêutica, os grossistas e as farmácias tem de ser pagamento a 90 dias, com a manutenção das actuais condições comerciais.
- É um balão de oxigénio indispensável para assegurar a continuidade da assistência farmacêutica à população.

7. NOTAS FINAIS

- Caros colegas e amigos,
- A crise das farmácias está em pôr em causa o direito à saúde e a própria subsistência do SNS.
- A dimensão desta assembleia só foi possível pela dimensão da crise.



- Pedimos às farmácias que não baixem os braços, que não desistam, que continuem esta luta difícil no dia a dia da farmácia.
- Pela nossa parte, tudo faremos para que se ultrapasse esta gravíssima situação.
- Aos farmacêuticos no desemprego quero deixar uma palavra de solidariedade e de esperança no futuro.
- Aos estudantes lembro-lhes que a profissão farmacêutica é centenária e já ultrapassou outras crises no passado.
- Estamos unidos.
- Continuaremos todos unidos.
- Aqueles que sonhavam que uma situação de ruptura económica e financeira nos iria dividir, desiludam-se!
- Estamos habituados a lutar e a ser exigentes com nós próprios.
- Mas também seremos exigentes, ainda mais exigentes, com aqueles que irresponsavelmente provocaram a actual situação de ruptura do sector.
- Um agradecimento, por fim, aos mais de duzentos mil portugueses que subscreveram a petição ao Governo a reclamar medidas de sustentabilidade para as farmácias, que é uma manifestação de solidariedade sem precedentes na sociedade portuguesa.
- Convido todos os presentes nesta assembleia a acompanharem os promotores ao Ministério da Saúde onde entregaremos essa petição.

Lisboa, 13 de Outubro de 2012